Social democracia

Os Partidos Socialistas europeus adotaram diferentes denominações, entre estas a de social democrata. Contudo, desde o Congresso de Bad Godsberg (1959), do Partido Social Democrata Alemão, o termo *social democracia* passou a referir-se à corrente política, egressa do socialismo, que neste introduziu acentuadas mudanças.
O surgimento de facções no seio das agremiações socialistas ocorre desde o seu nascedouro. Ainda no século XIX, no início daquele processo, o grande embate deu-se entre aqueles que acreditavam na possibilidade de chegar ao poder pelo emprego da força e os que apostavam na universalização do sufrágio. Com uma singularidade: esse embate limitou-se ao continente, sem afetar a ilha britânica. Ali, segundo foi referido, a inspiração socialista proveio da Sociedade Fabiana, que aspirava obter, por meios pacíficos, o que considerava como aprimoramento da organização social.
A mais relevante vertente insurrecional seria criada por Louis Auguste Blanqui (1805/1881), com destacada atuação em sua pátria de origem, a França.
Desde jovem, Blanqui esteve associado ao mundo subterrâneo das sociedades secretas e conspiratórias, acabando por identificar-se como sendo partidário de regime próximo do que viria a ser a expressão do socialismo, notadamente por sua participação na Revolução de 1848, quando passa a ser identificado como um dos porta-vozes do que se poderia denomina de "causa operária". No ciclo precedente, participou de diversas insurreições, que redundaram em condenações à prisão. Em 48, por fim, o blanquismo aparece como uma corrente expressiva. Essa condição animou-o a capitanear uma insurreição armada. Esmagada, valeu-lhe uma condenação por dez anos.
A doutrina blanquista somente adquiriria forma teórica numa obra póstuma que reuniu os diversos de seus pronunciamentos, não se sabendo em que altura terá adquirido forma precisa. Resumidamente, consiste na crença de que surgirão manifestações espontâneas contra a "opressão burguesa". Numa circunstância destas, a agremiação revolucionária deverá encontrar-se em condições de conquistar a sua liderança e, então, de posse do poder, empreender a necessária transformação social.
Parecer-lhe-á que a oportunidade terá chegado com a insurreição armada, promovida pela Guarda nacional, após o fim da monarquia, em decorrência da derrota de Napoleão III na guerra franco-prussiana. O governo republicano decretara a sua dissolução. Recusando-se em fazê-lo e dispondo de expressivo contingente armado, da ordem de 140 mil homens, ocupou Paris. Blanqui e seu grupo conseguiu obter a direção do Conselho organizado para dirigi-la, organização que ficou conhecida como Comuna de Paris. Decretou várias disposições em favor dos operários, iniciativas que, embora sem produzir qualquer efeito, serviram para a Internacional Comunista, organizada por Karl Marx, proclamá-la como protótipo do órgão que resultaria da revolução proletária. O governo republicano conseguiu derrotar a Guarda Nacional, reprimindo-a violentamente, afim de assegurar-se de que não conseguiria sobreviver.
O incidente serviu para permitir que a liderança socialista, convertida ao processo eleitoral de constituição do governo representativo, desse curso à organização da agremiação socialista que iria sobreviver. Denominou-se então de Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO), denominação que manteria até 1970, quando adota o nome consagrado: Partido Socialista.
Seria na Alemanha onde o enfrentamento deu-se com a doutrina marxista. Esta será objeto de análise específica, no próximo bloco de questões.
Para distinguir-se dos socialistas franceses, que batizou de "utópicos", Marx sugeriu que a sua doutrina era científica. Previa uma crise geral do capitalismo que permitiria a implantação do comunismo, mediante a tomada do poder pela força, regime no qual

seria abolida a propriedade privada. Acontece que a criação do Partido Social Democrata Alemão recusou esse caminho e seguiu a via parlamentar, sem entretanto renegar formalmente o marxismo, Edward Bernstein (1850/1932), um dos fundadores da agremiação, desenvolveu uma crítica demolidora às teses de Marx, abrindo o caminho à participação parlamentar que levaria o PSD ao poder, após a Primeira Guerra Mundial. Essa experiência passou à história com o nome de República de Weimar. Naquela altura, após a Revolução Russa de 1917, haviam sido organizados Partidos Comunistas nos principais países, inclusive na Alemanha, organizações que seguiam rigidamente a ortodoxia, isto é, ignoravam não só a crítica ao marxismo como a própria vivência do movimento operário no Ocidente.

Embora sob a República de Weimar (1919/1933) se haja aprofundado a disputa entre os sociais democratas e os chamados marxistas ortodoxos (comunistas), o PSD não se decidia a consumar o rompimento com o marxismo, que de certa forma o mantinha vinculado, pela comunidade de base teórica, àquela agremiação totalitária. Os anos trinta tornar-se-iam dramáticos, com a ascensão de Hitler ao poder, que iria não só por fim à República de Weimar como arrastar a Europa ao sangrento conflito representado pela Segunda Guerra (1939/1945)

Com o término da guerra, a derrota da Alemanha acarreta a divisão do país em zonas de ocupação, dando origem, em 1949, à República Federal Alemã (Alemanha Ocidental) e à República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), esta submetida ao regime comunista, garantido sobretudo pelas tropas soviéticas.

Ascende à liderança do PSD Kurt Schumacher, que passara longos anos em campos de concentração nazistas. Embora não deixasse de ser uma incoerência, mantinha-se marxista se bem que não nutrisse quaisquer ilusões quanto aos comunistas. Segundo o conhecido especialista francês em história alemã, Joseph Rovan, autor de obra dedicada à social democracia, Schumacher entendia que, “as responsabilidades principais predominantes na escalada do nazismo pertenciam à direita burguesa, por um lado, e aos comunistas por outro. Schumacher nutria uma execração profunda por essas duas forças adversárias, mas, no seio da direita, eram possíveis e necessárias distinções: a direita moderada, os liberais e o antigo *Zentrum* (católicos) comportavam elementos sinceramente afeiçoados à democracia, ao passo que todos os comunistas que não tinham rejeitado a dominação soviética, obedeciam ao mesmo julgamento implacável. Íntegro, fanático, Schumacher dispunha assim de uma visão perfeitamente coerente, simples e sedutora dos acontecimentos e da história. Entre os sobreviventes que partilharam o destino do povo no próprio país, a sua própria vocação de chefe não lhe suscitava a mínima dúvida: a Alemanha era representada pelo seu povo, o povo pelo proletariado, o proletariado pelo PSD e este por Kurt Schumacher”. (*História da Social democracia Alemã*. Trad. portuguesa, Lisboa, Ed. Perspectivas e Realidades, 1979, p. 172)

Em que pese a avaliação negativa da experiência soviética e dos próprios comunistas, Schumacher não compreendia as grandes transformações sociais acarretadas pelo capitalismo e a impossibilidade do proletariado manufatureiro liderar o aprofundamento dessas transformações. Para não falar na incongruência que representava a fidelidade ao marxismo, na prática radicalmente repudiado, e na incapacidade de perceber o apoio que a República Federal encontrava para o seu projeto de reconstrução, não manifestando o menor interesse no regime socialista prometido por Schumacher. De modo que, sob a sua liderança, consumou-se o isolamento da social democracia. A sua morte em agosto de 1952 permitiu afinal que uma nova liderança, mais afinada com a realidade, realizasse as grandes mudanças exigidas no Programa do PSD.

Pela importância de que se reveste o acontecimento, vamos transcrever pequeno trecho da mencionada obra, em que Rovan descreve as circunstâncias que levaram à decisão adotada no Congresso de Godsberg (1959) bem como as mudanças programáticas ali introduzidas. O mérito desse texto consiste em documentar como essa ruptura --que corresponde a autêntica reviravolta na tradição socialista ocidental-- resultou de profundo debate, envolvendo o conjunto da liderança

Segue-se a transcrição:

"Em setembro de 1957, o Partido Social Democrata enfrentava pela terceira vez as eleições gerais para renovação do *Bundestag*, primeira câmara do parlamento da República Federal. Uma vez mais, as esperanças acalentadas pelos dirigentes do SPD foram desiludidas. É certo que, em percentagem dos votos obtidos, o partido presidido por Eric Allenhauer (que substituiu a Schumacher) passava de 28 para 31% e o número dos seus eleitos se elevava agora para 169 (151 durante a segunda legislatura), mas, longe de conhecer a usura normal do poder que exercia havia oito anos, a CDU CSU de Konrad Adenauer conseguia alcançar a maioria absoluta, com 50, 2% dos votos (45, 2% em 1953 e 31,0% em 1949). Em relação ao primeiro Bundestag, a CDU progredira 19,2% e o SPD apenas 2,6%. O partido do chanceler dispunha agora de 270 lugares dos 497. A distância entre os dois grandes da política alemã, longe de se extinguir, não parava de se intensificar. Adenauer conduzira sua campanha com o *slogan* simplista mas eficaz de *nada de experiências* (*Keine Experimente*). A maioria da população continuava a confiar num homem que presidira ao restabelecimento da economia e garantia com a sua política externa, contra as ameaças soviéticas e comunistas, as liberdades e a prosperidade restabelecidas. Em face desses êxitos, a propaganda eleitoral dos sociais democratas parecia velha e ultrapassada. Uma vez mais, o SPD só conseguira chamar a si os eleitores que adquirira antecipadamente, não em virtude do seu programa eleitoral, mas apesar dele, por uma fidelidade quase automática. O desaparecimento do partido comunista, interditado pela lei constitucional em 1956, e o insucesso do *partido popular para toda a Alemanha* (*Gesamtdeutsche Volkspartei*) do ex-ministro CDU Gustav Heinemann, futuro presidente federal dos anos 1969/1974, deveriam, porém, provocar um aumento muito mais sensível dos votos SPD. A principal força de oposição não conseguira sequer maioria nos votos oposicionistas.

O Partido só podia sair do *ghetto* do seu eleitorado tradicional próximo de 30% e composto essencialmente por operários e pequenos empregados, se os homens novos, mais realistas e menos apegados aos velhos dogmas, conseguissem abalar o imobilismo dos funcionários do *Apparat do Parteiburo*. Os primeiros esforços significativos nesse sentido manifestaram-se no congresso realizado em Stutgard de 18 a 23 de maio de 1958, onde propostas reformistas originais foram apoiadas por homens como Heinrich Deist, principal teórico do Partido em matéria econômica, e um jovem economista de Hamburgo, enérgico e eloqüente, Helmut Schmidt. (Nascido em 1918, liderou o governo social democrata de 1974 a 1982, tornando-se personalidade de renome internacional)

Foi em Stutgard que se adotou, em primeira leitura, um projeto renovador do programa fundamental (*Grundsatsprogramm*) do Partido, texto que representava finalmente o corolário dos trabalhos da comissão Eichler, constituída em março de 1955. A decisão de princípio tendente a substituir o *Aktionprogramm* adotado em Dortmund em 1952, e depois modificado em 1954 em Berlim, fora tomada nesse ano pelo mesmo congresso de Berlim. Mas os trabalhos, retardados pela resistência da burocracia, foram extremamente prolongados, sendo Olhenhauer quem, após a derrota de 1957 acabou por lhe acelerar o ritmo. Convencera-se de que o Partido, para transpor a encosta e ascender ao poder, devia adotar uma pele nova e adaptar-se aos tempos atuais e diferentes.

Procedendo assim, ao impor a elaboração de um texto fundamental, levantar seriamente as questões de princípio e demonstrar que o SPD estava decidido pela mudança, mesmo em pontos essenciais da sua doutrina, Olhenhauer prestava um último grande serviço ao seu partido e revelava-se mais perspicaz que os homens novos que agora o impeliam para a saída.

.....

Além do projeto de programa da comissão Eichler, foram submetidos ao Congresso de Stutgard e votados por ele dois importantes textos de atualidade política: uma *Resolução respeitante à política de defesa* e uma *Resolução sobre a ordem econômica fundada na liberdade* (*freiheitliche Wirtschaftsordnung*). A primeira foi apresentada por Fritz Erler, seu principal inspirador e autor: reafirmando os velhos princípios do Partido em matéria de defesa, preconizava *in fine* uma atitude positiva para com esta. Tomava posição a favor de uma exército de voluntários e continuava a rejeitar o recrutamento. Guardava silêncio sobre a Aliança Atlântica, mas reconhecia-a implicitamente. Acerca deste ponto essencial que mobilizara, durante tantos anos, as energias oposicionistas do Partido, a resolução Erler ativava um processo de revisão que se previa não ficar por aí. Esse espírito novo desprendia-se, de uma forma ainda mais evidente, do texto sobre os princípios da ordem econômica apresentado por Heinrich Deist, onde já não se falava de medidas de socialização nem de economia planificada, e apenas a indústria do carvão, em crise desde longa data, devia ser transferida para a coletividade. A iniciativa privada era reconhecida como um dos principais motores dos progressos econômicos. As disposições concretas previstas pelo texto já nada tinham de especificamente socialista, nada indicava que procediam de um partido operário, a exigência para o consumidor da livre escolha dos seus consumos ou a liberdade econômica para as pequenas e médias empresas nada apresentava de ameaçador para a ordem econômica criada depois de 1945, mesmo que a resolução preconizasse um certo controle do Estado sobre as grandes empresas, *truts* ou *Konzerne*.

Como não se podia pensar em despedir brutalmente o corajoso Ollenhauer, cuja dedicação, méritos antigos e fidelidade a Schumacher, ninguém contestava, o Congresso ladeou-o de dois novos vice-presidentes: Herbert Wehner, excelente organizador e homem de pulso, cujo longo passado comunista fazia então aparecer como chefe de fila da esquerda do Partido, e Waldemar von Knoeringen, o dirigente mais destacado da social democracia bávara, grande burguês intelectual, outrora membro do grupo *Neubeginnen*, antigo emigrado, que passava justificadamente por um social democrata muito liberal.

.....

Os efeitos das mudanças empreendidas em Stutgard não se fizeram sentir imediatamente. Em julho de 1958 a CDU ganhava facilmente as eleições para o *Landtag* do maior Land da Federação: a Renânia Norte Vestefália. Por conseqüência a coligação SPD-FDP perdia lá o poder. Outras derrotas, mais normais, por assim dizer, dadas as posições dos dois partidos, seguiram-se no Schleswig-Hoistein e na Baviera, mas, em dezembro de 1958 a social democracia triunfava em Berlim, com 52% e excedia mesmo o limiar da maioria absoluta. Na antiga capital, a nova ofensiva desencadeada por Khruchov contra as posições ocidentais beneficiou o Partido, que passava por ser, com justificação, depois de Schumacher e Reuter, o partido da resistência ao comunismo por excelência. Foi igualmente e acima de tudo, um êxito para Willy Brandt, o presidente da câmara governante, herdeiro político de Reuter. Em Stutgard, Brandt fora finalmente eleito membro do *Parteivorstand*, após várias tentativas infrutíferas. O seu duplo triunfo era o das idéias *revisionistas* que sempre apoiara com Reuter contra Schumacher e seus herdeiros.

No congresso regional berlinense que preparava o congresso nacional de Stutgard, o presidente da Câmara governante definira as suas posições: para aprender a lição de uma longa série de desastres impunha-se rever não os princípios fundamentais, mas os objetivos fundamentais da social democracia, desenvolvendo a democracia interna contra as tendências para a burocratização e o centralismo autoritário, renunciando às visões *apocalípticas* que identificavam Adenauer com uma escalada para o fascismo e estabelecendo uma síntese entre a teoria socialista e as necessidades práticas dos meios privilegiados, daqueles que, aproveitando a prosperidade, beneficiavam menos que uma minoria mais rica e poderosa. Com semelhantes idéias, Brandt enfileirava ao lado de um homem como Carl Schmid, que falava da necessidade de uma *abertura à direita* para conquistar uma parte das classes médias e assumiria um papel importante na preparação do congresso extraordinário de 1959, convocado em Bad Godsberg e encarregado de renovar e rejuvenescer o programa e a direção do Partido. Após o êxito eleitoral do Inverno de 1958, devido à sua pessoa e idéias assim como à ofensiva soviética, Willy Brandt pôde finalmente, em princípios de 1959, triunfar do seu velho adversário schumacheriano Franz Neumann, que, até então conservara solidamente a direção do partido berlinense. O *presidente da câmara governante*, por outro lado, fez-se conhecer fora, em 1958 e 1959, através de numerosas viagens ao estrangeiro. Tornava-se uma figura política de dimensões nacionais, servida por uma reputação de vencedor. Ora, no verão de 1959, Ollenhauer resignou-se a deixar de dirigir a campanha eleitoral de 1961 como *candidato a chanceler* do SPD, o que constituía na realidade uma maneira de anunciar uma retirada progressiva geral.

Para preparar a escolha de um novo chefe de fila e a eleição de uma nova tática, Schmidt, Erler, Zinn, Brauer e Brandt foram designados membros de uma comissão de estudo no seio da qual o presidente em exercício se encontrava na verdade isolado. Os *pragmáticos*, os homens decididos a conferir à ação do Partido uma base política e ideológica nova, estavam em grande maioria. Herbert Wehner, relator perante essa comissão de um grupo de estudos preparatórios, foi na realidade o homem-sustentáculo da grande viragem que se preparava e Willy Brandt, sem jamais se unir ao antigo militante comunista, organizador duro e hábil, pessimista, sensível e clarividente, concordou com ele em numerosos pontos concretos sobre o que se tornaria o programa de Godsberg. Para evitar cair na categoria de uma *seita sem influência política*, o SPD abandonava os modelos ideológicos históricos, para *prever um Estado alemão melhor, proporcionava-se os meios de conquista do poder político*. Foi criada uma comissão de redação pelo *Parteivorstand*, em maio de 1959, com a missão de elaborar um segundo projeto de programa. Devia tornar mais claros e incisivos os textos examinados em Stutgard, tendo em conta a abundante e viva discussão que se verificara depois de Stutgard nas fileiras do Partido. Eichler, presidente da comissão preparatória e Heinrich Deist, principal autor das partes econômicas do projeto de programa, participaram em centenas de reuniões durante as quais tiveram de enfrentar e acalmar com freqüência as reservas e lamentos dos militantes mais antigos e da nova *jovem esquerda*. A segunda comissão de redação, composta por Allenhauer, Deist e Eichler, assim como por *especialistas em redação*, como Fritz Sanger, diretor-geral da agência de imprensa do novo programa que o partido socialista austríaco elaborara em 1958, assim como Adolf Arndt, *jurista* do Partido, pôde ser considerada a verdadeira autora coletiva do programa de Godsberg. Depois de todos estes preparativos, reuniu um congresso extraordinário de 13 a 15 de novembro de 1959 em Bad Godsberg, que teve de se pronunciar sobre mais de 200 propostas de emenda. Na sua maioria, foram rejeitadas e o projeto resultante de tantos esforços convergentes adotado pela quase unanimidade: de entre 340 votantes, apenas se registraram 16 contra.

Pelo seu novo programa de Godsberg, o principal partido de oposição reconhecia o valor humano e social pelo menos relativo do sistema que fora edificado na República Federal desde 1949 e renunciava a proclamar a necessidade de uma abolição total desse sistema em nome da doutrina marxista. A nova base ideológica do novo *partido das reformas* apresentava-se de uma forma muito eclética e sem caráter autoritário como um conjunto de referência à moral cristã, ao humanismo liberal, à filosofia idealista clássica e a um socialismo *aberto*. A resistência da *velha esquerda*, apegada ao marxismo e à idéia de classes, estava enfraquecida pela longa série de derrotas eleitorais, pela aparição de fenômenos econômicos e sociológicos cujas teorias centenárias os *pais* não podiam dar conta sem serem sujeitas a solicitações e deformações penosas e, sobretudo, pela necessidade de distinguir constantemente e de um modo tão apoiado e claro quanto possível a sua própria interpretação do marxismo da do adversário comunista. O fato de partilhar com estes a mesma doutrina fundamental, embora interpretada diferentemente, constituía um óbice terrível para a social democracia. É divertido para o historiador, ou pelo menos curioso, observar como esse inconveniente se voltou a favor dos novos ideólogos da esquerda social democrata apenas no espaço de quinze anos: não se afirmar marxista tornou-se, a partir dos anos sessenta, um óbice quase paralisante nas discussões internas do SPD dominadas pelas manifestações de uma, ou antes, de várias minorias radicais e intolerantes.

O primeiro capítulo do novo programa traduzia, sem dúvida, os sentimentos que eram então, e ainda são, os da grande maioria dos eleitores sociais democratas e dos que o SPD se propunha atrair a si, quando afirmava:

‘O socialismo democrático, que cria raízes na Europa, na ética cristã, no humanismo e na filosofia clássica, não pretende anunciar verdades últimas – não por falta de compreensão ou por indiferença para com as concepções do mundo ou as verdades religiosas – mas em virtude da estima pelas decisões que o homem toma em matéria de fé, das quais nem um partido político nem o Estado têm de determinar o conteúdo. O partido social democrata da Alemanha é o partido da liberdade do espírito. É uma comunidade de homens provenientes de diferentes direções de fé e de pensamento.’

Toda a referência ao marxismo e à luta de classes estava formalmente afastada, pormenor que a esquerda não deixou de salientar com indignação. Marx nem sequer era citado como uma das fontes do socialismo. O novo programa reconhecia a Lei fundamental de 1949 como base do Estado democrático, sem exigir que fosse modificados os pontos que até então o tinham tornado inaceitável aos olhos de Schumacher. O novo programa dizia *sim* à defesa nacional no âmbito da OTAN. Em face das estruturas econômicas e sociais, mantinha uma crítica sócio-liberal, interior na ordem construída ou reconstruída depois de 1949.

.....

Entre as *novidades* de Godsberg, a referência à ética cristã como uma das bases do socialismo, assim como a renúncia a um fundamento filosófico único (na verdade, o materialismo dialético), revestiam-se de particular importância. A social democracia, tomando em consideração a variedade de convicções e crenças dos seus membros, derrubava um dos principais obstáculos que a impediam de progredir no eleitorado católico. A vontade de conquistar uma parte desse terreno até então interdito figurava igualmente nas fórmulas do programa relativas ao aspecto da *missão particular* das Igrejas e da sua *autonomia*. Seria impensável encontrar idéias similares nos programas sociais democratas anteriores a 1933. Outra parte essencial do texto, tão vivamente discutida como o preâmbulo ideológico, relacionava-se com os problemas econômicos. Se a idéia e expressão das socializações ou nacionalizações desapareciam e a importância positiva da concorrência e livre empreendimento era plenamente

reconhecida, havia um parágrafo inteiro consagrado à função e legitimidade da *propriedade comum* (Gemeineigentum)..... O livre empreendimento era, sem dúvida, reconhecido e enaltecido, mas apenas no aspecto em que *se orientava na necessidade e não na vontade do lucro privado*. O programa afirmava igualmente a necessidade do controle público da economia, pelo controle dos investimentos e publicidade das operações, suscetível de *permitir à população que tomasse conhecimento da estrutura de poder na economia e na gestão econômica das empresas, a fim de se mobilizar contra os abusos*.) ".

As ambigüidades então apontadas por Rovan acabaram por desaparecer no período posterior graças, sobretudo, à atuação dos sucessivos governos sociais democratas, naquele país, inclusive o de Gerhard Schroeder, entre 1998 e 2005. Com a adesão do Partido Trabalhista Inglês a essa vertente, seu posicionamento tornou-se mais claro.

Considera-se que, no período recente, seu principal teórico seria Anthony Giddens, autor de expressiva obra de sociologia e reitor da renomada London School of Economics. Dizem respeito diretamente ao tema estas obras: *A terceira via-- renovação da social democracia* (1998) e *A terceira via e seus críticos* (2000).

Em síntese, o posicionamento da social democracia pode ser resumido como segue:

a) o socialismo é dissociado da idéia de que corresponde à estatização da economia;
b) a social democracia abandona a utopia da sociedade sem classes e reconhece que a economia de mercado obteve a elevação geral do nível de vida dos trabalhadores. Segundo Giddens: "A economia de mercado bem sucedida é capaz de gerar maior prosperidade do que todo outro sistema rival. Na verdade, não há sistema rival."
c) Renuncia ainda à busca da "igualdade de resultados" aceitando o princípio da "igualdade de oportunidades".

Contudo, a social democracia, como enfatiza Giddens, "não representa movimento na direção da direita". Esclarece: trata de acomodar-se às mudanças, incumbência de que a liderança trabalhista precedente "não dera conta".

A nosso ver, distingue-se basicamente da doutrina liberal ao persistir na hipótese de que o Estado seria um ser moral, isto é, colocado acima da sociedade, achando-se em condições de encaminhar a sociedade na direção correta. Essa crença explicita-se ao propugnar por "mais governo". Na verdade, entretanto, a história nos ensina que o Estado, concretamente, corresponde à burocracia estatal e, por conseguinte, a um pólo de interesses igual a qualquer outro agrupamento social.

Graças à adesão dos Partidos Socialistas à social democracia --com a única exceção do Partido Socialista Francês -- a Comunidade Européia dá nascedouro a um sistema político que consiste na alternância de liberais conservadores e sociais democratas. Esta talvez venha a constituir, para o sistema democrático representativo, a mais relevante experiência contemporânea.

Saiba mais

Cronologia de eventos

Século XIX (primeiras décadas) - Proibida a existência de associações ou sindicatos. Dissolvida, na Inglaterra, a Grand National Consolidated Trade Unions, de Owen, que reuniu 500 mil adeptos.

1851-1867 - O governo inglês tolera as *trade unions* organizando-se conselhos nas grandes cidades (Londres, Liverpool, etc.).

1866 - Fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores (posteriormente conhecida como Primeira Internacional).[7]

1868 - 1° Congresso Anual das Trade Unions na Inglaterra.

1871-1876 - Aprovada a legislação inglesa que regula o funcionamento das Trade Unions.

1875 - Criação do Partido Social Democrata Alemão.[8]

1884 - Aprovada na França a lei que permite a livre organização sindical. Fundada em Londres a Fabian Society.

1894 - Organizada a CGT francesa.

1899 - O Congresso das Trade Unions inglesas adota a decisão de criar uma organização eleitoral e parlamentar.

1900- Criação do Partido Trabalhista Inglês.

1904 – Formalizada em Amsterdam, a organização da II Internacional.[9]

1913 - O Parlamento inglês aprova o Trade Unions Act, autorizando as trade unions a dedicar-se a atividades políticas, desde que aprovada a decisão por voto secreto.

1921 - Organizada em Moscou a III Internacional.

1922 - Organizada na França a CGTU (Confederação Geral Unitária do Trabalho), de inspiração comunista.

1923 - Os Partidos Sociais Democratas criam, em Berlim, a IV Internacional.

1924 - Os trabalhistas ingleses conquistam 192 cadeiras no Parlamento; os liberais 159 e os conservadores 258. Organiza-se o primeiro governo trabalhista inglês (chefiado por Mac Donald), que permanece no poder apenas 10 meses (janeiro/outubro).

1933 - É proscrito, na Alemanha, o Partido Social Democrata.

1936 - Na França, é realizada a fusão entre a CGT e a CGTU.

1945 - O Partido Trabalhista conquista a maioria no Parlamento inglês (393 cadeiras contra 189 dos conservadores; 12 dos liberais e 23 de outros).

1947 - Os comunistas dominam a CGT francesa, afastando-se os socialistas para criar a Força Operária.

1945-1950 - O governo trabalhista promove a nacionalização do Banco da Inglaterra, da indústria de carvão, eletricidade, gás e dos transportes (estradas de ferro, portos e transporte rodoviário).

---

[7] A 1ª internacional funcionou até 1874.

[8] Outros partidos com a denominação de social democrata ou socialista criam-se na França (1875); Portugal (1875); Dinamarca (1878); Áustria (1881); Noruega (1887) e Suécia (1889).

[9] Os trabalhos de reconstituição da AIT começam de fato em 1895, sob a égide do PSD Alemão.

1958 - Reforma do programa do Partido Social Democrata da Alemanha, propondo a opção pela democracia social em lugar do socialismo, programa que seria aprovado no ano seguinte, no Congresso de Bad Godsberg.

1969 - Constitui-se, na Alemanha Ocidental, governo de coalizão social-democrática e liberal.

1978/1979 - Derrota dos trabalhistas na Inglaterra e da social-democracia em países do continente. Ascensão dos conservadores.

1981 - O Partido Socialista ganha as eleições na França, conquistando a presidência da República (Mitterrand) e a maioria parlamentar. No início dos anos noventa, os liberais voltam ao poder.

1889-1990 - Queda do Muro de Berlim e reunificação da Alemanha.

1991- Fim da União Soviética.

1995 - Tony Blair obtém a revogação da cláusula do programa do Partido Trabalhista Inglês que identificava o socialismo com estatização da economia.

1997 - Eleição de Tony Blair para Primeiro Ministro da Inglaterra. Promove junto aos Partidos Socialistas a chamada "terceira via".

Década de noventa - Socialistas e sociais democratas são os grandes beneficiários do desmoronamento do comunismo, conquistando 12 dos 15 governos da Comunidade Européia.